



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185



LEI Nº 974/2016

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Alienar Imóveis para Programas Habitacionais de Interesse Social e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Cantagalo – Pr, autorizado a efetuar a alienação do imóvel urbano, com área total de 42.778,00m² (quarenta e dois mil, setecentos e setenta e oito mil metros quadrados), matriculado sob número 6.398 do Cartório de Registro de Imóveis de Cantagalo, Estado do Paraná, com a finalidade de viabilizar o acesso a moradia para famílias deste Município, conforme critérios estabelecidos pelo Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a compromissar a doação ou a alienação de lotes de terrenos de sua propriedade aos Beneficiários contemplados pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, sendo que as alienações serão para fins exclusivos de financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida, pelo valor de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo 1º. A doação ou venda dos lotes será feita às famílias que atenderem as regras do programa Minha Casa Minha Vida e os seguintes Critérios Municipais:

- a) Fazer parte do Cadastro Municipal de Habitação;
- b) Residir a mais tempo no município de Cantagalo,
- c) Pais, chefes de família, que residem com os filhos.

Parágrafo 2º. A indicação das famílias beneficiadas à Caixa Econômica Federal, ficará sob responsabilidade do Município de Cantagalo - PR, cuja concordância se dará por meio da assinatura do representante legal do Município no contrato de financiamento celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o (s) beneficiários (s).

Parágrafo 3º. Além dos Critérios Municipais para seleção das famílias, as mesmas deverão ainda se submeter às regras da Caixa Econômica Federal e do respectivo Programa Habitacional para o financiamento.



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185



Parágrafo 4º. Os recursos financeiros oriundos da alienação dos imóveis poderão ser aplicados para pagamento da previdência social e/ou despesa de capital, conforme artigo 44, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS acompanhará e emitirá parecer sobre os critérios de seleção dos mutuários a serem contemplados na aquisição dos lotes.

Art. 4º. Os lotes serão transferidos aos adquirentes mediante contrato por instrumento particular de compra e venda de terreno e mútuo para construção de unidade habitacional, com alienação fiduciária em garantia e outras obrigações, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal e adquirente/mutuário.

Art. 5º. Para fins de transmissão do imóvel, será utilizado o valor de venda do imóvel, estabelecido pelo Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, levando-se em consideração a finalidade do projeto habitacional de interesse social.

Art. 6º. As unidades habitacionais que serão construídas no âmbito deste Programa ficarão isentas do pagamento do alvará de construção, do ITBI, do habite-se e do ISSQN incidente sobre as mesmas.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder aos adquirentes dos imóveis, direito real de uso dos lotes urbanos, autorizar os mutuários a construir casa própria sobre os lotes e dar o imóvel em garantia para contrair financiamento para a construção.

Art. 8º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVERSON ANTONIO KONJUNSKI

Cantagalo, 11 de maio de 2016.

Prefeito Municipal



 Prefeitura do Município de Camagá Prefeito: Wilson Santos	
DECRETO N° 06/2016	
ANÚNCIO: Vitrine Técnica Autônoma em Consulta Pública Municipal que Monitorea	
1.º Prazo: 15 dias úteis, contados a partir da publicação no Diário Oficial da União, das Leis Municipais, Gabinete do Prefeito, ou através das informações legais.	
DECRETO:	
Art. 1º - Fica criado o sistema de consulta pública autônoma, denominado Vitrine Técnica Autônoma em Consulta Pública Municipal que Monitorea, para atender ao Decreto-Lei nº 1.578, de 20 de dezembro de 2014, que estabelece normas para o Desenvolvimento Participativo, a Consulta Pública, a Consulta Pública Autônoma e a Consulta Pública Consultiva, bem como para a realização de audiências públicas, observando-se as normas de transparência, participação e cidadania.	
ARTIGO ÚNICO	
TIPOLOGIA DE CONSULTA AUTÔNOMA	
TITULAR DA CONSULTA AUTÔNOMA SECRETARIA DE SAÚDE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SECRETARIA DE ESPORTES SECRETARIA DE CULTURA SECRETARIA DE TURISMO	DATA DA CONSULTA AUTÔNOMA 15/05/2016 15/05/2016 15/05/2016 15/05/2016 15/05/2016
ANEXO I - Logotipo da Vitrine Técnica Autônoma	
ANEXO II - Descrição das etapas da Vitrine Técnica Autônoma	

The image shows the official seal of the Municipality of Cantagalo. It features a circular design with the name "MUNICÍPIO DE CANTAGALO" at the top and "RIO GRANDE DO NORTE" at the bottom. In the center is a stylized figure, possibly a Native Brazilian or a historical figure, holding a staff or arrow. The background of the seal is a landscape scene.

	Prefeitura do Município de Cananéia Cananéia - São Paulo
ATENDIMENTO BÁSICO PEDIDOS PESSOAIS - 03/07/2016-PMC SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - 03/07/2016-PMC	
01. Município de Cananéia, Estado de São Paulo, através da Prefeitura Municipal, informa que o atendimento ao público é feito de forma presencial e telefônica, com exceção das licitações, licenças e contratos que são realizados por meio de edital, publicado no Diário Oficial da União, ou de edital, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ambos disponíveis no site da Prefeitura, no endereço: www.cananeia.sp.gov.br , ou através do RECIBO DE PESSOA PARA CONSULTA , que pode ser obtido no setor de protocolo e encaminhamento de protocolos e na sede da Praça da Matriz, nº 05.	
02. O atendimento presencial é feito mediante agendamento prévio, através do Departamento de Atendimento ao Cidadão, pelo telefone: 034-3200-0000, extensão 0000.	
Cananéia - 03 de julho de 2016	
Estado de São Paulo Brasil	

NATIFICAÇÃO

Le Porteiro-Mor, Dr. José Geraldo de Oliveira, legou à Fazenda Pública de Americana - Poder Judiciário, através da Delegacia de Fazenda nº 302/2014/POL, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado ao pagamento de débitos que lhe vieram a ser impostos, indevidamente, e confundidos com despesas de sua responsabilidade, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Americana, 10 de maio de 2016.

Cinthiane, 10 de maio de 2016.

**VERGÉNIA ANTÔNIO BORGES
PROFESSORA MECÍNICA**

Prefeitura Municipal de Guarapari
Instituição de ensino nº 047/016/PRFAC

NATIFICAÇÃO E ADVERTÊNCIA

03 (003) representante
Educação:

Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de

IX Período Municipal de Canguá, Administração de Pires, no seu 10º mês administrativo e com 100% das despesas paga, justificativa e contas pagas, sendo este o 1º mês de integridade da Administração de 2010. **10-06-2010** **PMS-PIRES**

a) Descrição da prestação de serviços realizada e demonstrado que Pires fez uso de 10 (dez) de 2010 para efetivação das reuniões de 10º aniversário do Município de Canguá e alocou a “Rele” a sempre T ENTRETENIMENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 37.165.942/0001-42, pelo valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Canguá, 10 de junho de 2010

ESTRANHO EQUILÍBRIO
PREFEITO MUNICIPAL

Valdir **Procurador do Município de Canguá** 

Assunto: Encaminhamento
Intitulabilidade: 00/000/PMS
Conselho: 17-06

Obs: Considerando que o artigo 17º, § 1º, da Constituição Federal, estabelece que a despesa com pessoal não poderá exceder 100% do total da receita líquida, é de se inferir que o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) de 10 de junho de 2010 para efetivação das reuniões de 10º aniversário do Município de Canguá, é considerado excessivo.

The screenshot shows the official website of the Municipality of Cariacica. At the top, there is a banner with the text "PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACICA" and "Prefeitura Municipal". Below the banner, there is a logo featuring a map of the city and the text "Município de Cariacica". The main content area displays a decree document. The title of the document is "DECRETO N° 059/2016". The text of the decree is as follows:

Decreto N° 059/2016

Caracica, Noturno Verão por Manaus

O Prefeito Municipal de Cariacica, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Artigo 1º - É determinado que o CARNAVAL DA BAIANA permaneça no dia 17 de fevereiro de 2016, para evitar o encerramento da festa de Carnaval no dia 18 de fevereiro, que é feriado municipal de São Sebastião.

Artigo 2º - Fica estabelecido que o dia 18 de fevereiro de 2016, que é feriado municipal de São Sebastião, permanecerá comemorado no dia 19 de fevereiro de 2016.

Artigo 3º - Fica estabelecido que o dia 19 de fevereiro de 2016, que é feriado municipal de São Sebastião, permanecerá comemorado no dia 20 de fevereiro de 2016.

IV. 01 (um) representante de
02 (dois) representantes
V. 01 (um) representante de
VI. 01 (um) representante de
VII. 01 (um) representante de

professores;
escolas de serviço técnico-administrativo;
escolas de serviços gerais;
alunos de 5º ano ou da Educação de Jovens e Adultos.
Membros de que trata o caput deste artigo serão indicados

O Prefeito Municipal, em uso das suas atribuições legais e com
base nos decretos, instituições e pactos existentes, anexos
à presente, Declara de Interesse Público o evento
a ocorrer no dia 10 de setembro de 2016, na Praça
das Avenidas, a AGRADA a realização da PROCESSO INDUSTRIAL
E COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ 23.349.992/0001-02,
neste evento intitulado DE 200 MILHÕES DE REAIS.

Profectur
Lei
Data

Município de Três Barras do Parêá
Estado do Pará
1439/16
06/16

GERSO
Prefeito

ANCISCO GUSSÓ
micipal

al de Três Barras do Paraná
du do Paraná
10
6

Município de Três Barras do Paranaíba.
Educação, na área de planejamento, do processo de ensino-aprendizagem e do

- I. o fortalecimento da
- II. a promoção do aprimoramento dos estabelecimentos de
- III. a afirmação da autenticidade do ensino;
- IV. a participação democrática e
- V. a qualificação contínua, em que cada cidadão é um sujeito de direitos e deveres;
- VI. o desenvolvimento das diferenças entre as classes.

SAEMT - de responsabilizado da Secretaria Municipal, um espaço permanente de avaliação ou de pesquisa sobre o trabalho de educação do Município, cujos objetivos são:
- democracia;
- entendimento de compromisso e da responsabilidade social;
- apoio;
- promoção e da identidade institucional dos estabelecimentos
- comunicação e comunidade escolar;
- pacto entre o Poder Público e os estabelecimentos de ensino;
- avaliar efetivamente a sua parcela de responsabilizado;
- garantir que todos os alunos do Ensino Fundamental Anos Iniciais, em particular.

3 - FME, órgão máximo de deliberação das políticas Municipais de Educação;
4 - Comunicação de suas deliberações;
a elaboração e avaliação da Política Educacional
Forum Municipal de Educação. Iem as seguintes
5 - a realização das Conferências Municipais de
educação;
6 - e propor as Conferências Municipais os seus
processos de implementação das deliberações da
7 - de debate sobre as políticas nacional, estadual e
como referente o Plano Nacional de Educação;
elaboração do Plano Municipal de Educação; monitorar e
a execução;
8 - Municipais, a tramitação de projetos de leis dos planos
de educação no artigo 214 da Constituição Federal, com
implementação do Plano Municipal de Educação;
Conferência Municipal de Educação estabelece articulações
9 - entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, articulando-se com observadores de
disponíveis;
10 - e avaliação do Plano Municipal de Educação e
nos competentes;
11 - do Educação Pública Municipal de Três Barras
e Valorização das Profissões de Educação;
12 - Municipal de Educação de Três Barras do Parana
e entidades;
13 - Secretaria Municipal de Educação;
14 - Conselho Municipal de Educação;
15 - o Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos
Municipais (SISPMU);
16 - o Conselho de Trabalhadores de Educação Pública do
Município de Três Barras;
17 - Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, da
Iniciações de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, da
atividade Escolares de rede municipal de educação;
18 - Escolas Escolares da rede estadual de educação;